Globethics Repository



Banalização biopolítica de uma violência radical [biopolitics banality of radical violence]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see https://www.globethics.net. Data and content policy of Globethics Repository see https://repository.globethics.net/pages/policy.

Item Type	Article
Authors	Bartolomé Ruiz, Castor M M
Publisher	Universidade de São Pablo
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-11-03 08:12:49
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/153961

BANALIZAÇÃO BIOPOLÍTICA DE UMA VIOLÊNCIA RADICAL

Castor M.M. Bartolomé Ruiz[1]

Resumo: A violência é polifacética e histórica, por isso tem que ser compreendida a partir da genealogia de suas práticas. Nas sociedades modernas, há um tipo de violência (estrutural) derivado da instrumentalização da vida que por sua vez está associado ao governo utilitarista dos resultados. Este ensaio tem por objetivo analisar alguns aspectos da raiz da violência biopolítica que opera através da objetivação instrumental da vida humana e, nesta condição, utiliza a vida como objeto útil abandonando-a quando se tornar inútil. Esta lógica utilitária da vida humana contém uma violência radical que opera silenciosa e eficazmente nos dispositivos de poder, banalizando o descarte da vida quando se torna improdutiva ou ineficiente.
Palavras-chave: biopolítica − violência radical − objetivação da vida – Estado – mercado.

Introdução

1. No nosso presente, a vida humana tornou-se um objeto central dos dispositivos de poder, ela foi capturada como elemento natural produtivo e eficiente que deve ser rentabilizado de acordo com parâmetros de metas de governo. Neste contexto, a vida humana é instrumentalizada como recurso natural e governada como objeto produtivo. Estas são as características da biopolítica moderna.

Neste artigo, interessa analisar as implicações violentas que se derivam da biopolítica quando esta opera como governo instrumental da vida humana. Tentaremos mostrar como essa instrumentalização opera num duplo movimento, de um lado introduz uma violência radical nos modos de governo instrumental da vida e, de outro lado, banaliza a instrumentalização como uma forma de violência natural que explora a vida até o limite abandonando-a quando se torna improdutiva.

Entendemos por violência o ato intencional que visa negar, total ou parcialmente, a vida humana. Neste contexto epistêmico, é pertinente questionar-se como a dimensão

[1] Castor M.M. Bartolomé Ruiz. Dr. Filosofia. Pesquisador Programa de Pós-Graduação Filosofia –Unisinos. Coordenador Cátedra Unesco-Unisinos de Direitos Humanos e violência, governo e governança. Coordenador Grupo de Pesquisa CNPq *Ética, biopolítica e alteridade.*

instrumental da biopolítica, que opera intencionalmente para objetivar de modo útil a vida humana, tem uma raiz violenta ou um tipo de violência radical que contamina o conjunto dos dispositivos, estruturas e instituições que desse modo operam. Concomitantemente, interessa perceber o dispositivo através do qual essa violência radical é percebida como algo banal, uma vez que ela aparece como natural ou necessária para as formas de governo. O elo imperceptível da banalização da violência transforma, em muitos casos sutilmente, a biopolítica em tanatopolítica.

Num primeiro momento, para melhor compreendermos o sentido da violência biopolítica de nosso presente, apresentaremos um breve histórico do termo biopolítica e dos diversos sentidos a ele atribuídos. Num segundo ponto, analisaremos alguns aspectos da raiz violenta que alimenta a instrumentalização biopolítica da vida humana. Num terceiro ponto, explicitaremos o processo de banalização da violência radical inerente à gestão *oikonomica* da vida humana quando esta é reduzida a um mero recurso natural útil. Concluiremos com algumas reflexões sobre a biopolítica, a violência e a banalização do descarte da vida humana no capitalismo.

O termo biopolítica, implicações e desdobramentos dos seus sentidos

2. A pretensão de fazer uma análise crítica da violência biopolítica exige que inicialmente definamos o que se entende por biopolítica. O termo biopolítica é polissêmico. É um conceito móvel que remete a uma pluralidade de significações possíveis e foi interpretado de formas diversas por vários autores. Embora Foucault tenha sido o autor que mais contribuiu para o debate contemporâneo sobre a biopolítica, foi o sueco Rudolph Kjellen quem cunhou o conceito biopolítica junto com o de geopolítica na sua obra *Staten som livsform* de 1916[2]. Kjellen criou o conceito de biopolítica e lhe atribuiu um sentido eminentemente biológico em relação à sociedade. A biopolítica, para Kjellen, explica o marco da matriz biológica constitutiva do Estado. Este seria semelhante a um organismo vivo que necessita crescer para existir. Kjellen não pensava o Estado como um produto artificial da vontade livre dos sujeitos, mas como uma "forma vivente" que tem pulsões e instintos naturais próprios, os quais não se podem reprimir sem negar a natureza do Estado. A biopolítica proposta por Kjellen tem uma matriz organicista e naturalista, que pensa a lógica do território como um direito natural à expansão e conquista dos Estados mais fortes sobre os mais débeis. Tal concepção será desenvolvida por Friedrich Ratzelk y Karl Haushofer numa chave explicitamente racista, que desembocará diretamente no conceito nazista de espaço vital (*lebensraum*)[3].

[2] ESPOSITO, *Bios, biopolítica e filosofia*, p. 27.
[3] ESPOSITO, *Bios, biopolítica e filosofia*, p. 28.

Para Kjellen, no social há uma tensão orgânica que provoca confrontação de interesses e de ideologias; essa tensão também produz a cooperação entre os diversos setores sociais em prol de interesses comuns ou de algo maior como o corpo social. O autor afirma que foi a partir destas confrontações e colaborações que lhe ocorreu a ideia de "batizar como biopolítica esta nova disciplina". Explicita que o sentido que dá ao termo *bios* se aproxima mais do conceito grego que do termo moderno *biologia*, pois a *bios* da biopolítica também abrange os fenômenos sociais e culturais, entendidos como vida cultural e vida social[4].

O sentido original da biopolítica proposto por Kjellen pretendia explicar a política a partir da biologia, concebendo a política de forma naturalista. A tese de Kjellen sobre a conexão orgânica da biologia com a política atraiu renomados biólogos como o varão Jacob Uexküll, cuja intenção era redesenhar a sociedade sob o prisma da biologia. Sua obra, de 1920, *Staatsbiologie,* recolhe sumariamente o marco biopolítico naturalista proposto por Kjellen e considera o Estado sob o paradigma biológico. O subtítulo da obra mostra esta visão: *Anatomie, Phisiologie, Pathologie des Staates.* As analogias biológicas do social levaram Uexküll a introduzir o conceito de patologia na política a fim de explicar determinados eventos e comportamentos sociais que não se ajustavam à ordem social. A patologia, no marco da biologia, tem a peculiaridade de subordinar, em certo sentido, a anatomia à fisiologia uma vez que a degradação dos corpos é o problema central de sua preservação. O conceito de patologia degenerativa do corpo social foi transferido para a noção de saúde pública onde a patologia é compreendida como ameaça da ordem social estabelecida. Doenças que ameaçam a estabilidade social devem ser combatidas da mesma forma que as patologias do corpo, com anticorpos, a fim de conseguir sua aniquilação. Entre as patologias identificadas por Uexküll como degenerativas do corpo social estão o sindicalismo, a democracia e o direito de greve[5].

Fazendo um uso quase literal do caráter biológico da sociedade, Uexküll a define como um corpo hierarquicamente constituído cujas funções são desempenhadas por hierarquias definidas naturalmente. Assim como no corpo as células do cérebro têm a hierarquia das decisões e cabe às outras células e órgãos inferiores executar as ordens recebidas, de igual modo, no corpo social, aqueles que têm funções diferentes devem obedecer aos hierarquicamente superiores.

Talvez a categoria biológica proposta por Uexküll que maior ressonância política teve foi a de *parasitas.* No afã por assimilar o social ao biológico, os parasitas ofereciam uma particular hermenêutica dos opositores políticos, em especial de determinados grupos sociais tidos como inferiores. Os parasitas penetram no corpo social e sugam a energia do corpo; eles, em determinadas circunstâncias, até podem ser úteis para o Estado. Porém, em essência, o parasita é um corpo estranho que prejudica o crescimento do Estado. Uexküll não duvida em propor que o Estado deve defender-se deles criando o que ele denomina de "uma espécie

[4] CASTRO, *Leituras Foucaulteanas: Una historia conceptual de la biopolítica*, p. 32.

[5] CASTRO, *Leituras Foucaulteanas: Una historia conceptual de la biopolítica*, p. 32.

de médicos do Estado" que reintegrem a saúde e a potência do corpo social mediante sua remoção, neste caso o extermínio, dos parasitas sociais.

O sentido biológico que Kjellen outorgou ao termo biopolítica perdurou nas diversas versões e obras que utilizaram este conceito até a segunda metade do século XX, especificamente até o genocídio nazista, que encontrou nestes estudos "científicos" seu aval ideológico fora do nacional socialismo político. Entre outras obras significativas que defenderam a raiz biológica da sociedade podemos mencionar a do médico e biólogo inglês Morley Roberts, de 1938, *An essay in the physiology, pathology and politics of the social and somatic organism*[6]. Morley, nesta obra, continua a desenvolver o sentido da biopolítica como compreensão organicista da sociedade. Morley entende que a biopolítica tem a missão de identificar os riscos a que o organismo social está exposto e, ante eles, propor os mecanismos de defesa do corpo. Insiste na prevenção do Estado contra seus inimigos internos, criando uma espécie de sistema imunitário que previna os efeitos dos parasitas. A imunização biológica oferece ao Estado a possibilidade de pensar preventivamente a ação contra os parasitas. A aplicação social do modelo imunitário da biologia e da medicina trouxe para dentro da política a exigência de individualizar preventivamente os possíveis inimigos do Estado com base em indícios. Eliminar parasitas sociais é uma função eugênica que permite salvar o corpo social das suas ameaças internas. A eliminação dos parasitas mantém o corpo social saudável e robusto. Essa eliminação é papel da política preventiva. A melhor política é aquela que antecipa as ameaças do corpo social e consegue eliminar seus inimigos internos. Temos aqui desenhado o marco teórico da biopolítica que derivará na tanatopolítica como uma função necessária, inevitável, da política. O simbolismo organicista dado ao conceito biopolítica desembocou numa tanatopolítica. Matar em nome da vida, matar as vidas indesejáveis para salvar as vidas boas, é o princípio legitimador da tanatopolítica.

A política do controle, contenção e morte dos parasitas que ameaçavam o corpo social para preservar a vida dos cidadãos de bem e a potência do Estado, foi levada a efeito, em diversos graus e por diversos métodos, por muitos países ao longo das quatro primeiras décadas do século XX. É uma ingenuidade pensar que foram exclusivamente os nazistas os que implementaram políticas tanatopolíticas de controle social. Pode-se dizer que eles levaram até as suas últimas consequências, sem reparos éticos nem escrúpulos de princípios, os pressupostos filosóficos desta perspectiva biopolítica. Mas, por exemplo, as políticas neo-colonialistas das diversas potências "democráticas" ocidentais para neutralizar, reduzir e exterminar grupos opositores nas colônias, não duvidaram em executar estratégias tanatopolíticas quando necessário.

3. Os estudos de Antonella Cutro[7] e de Roberto Esposito[8] sobre a história do conceito biopolítica apresentam três fases bem definidas da utilização do termo. Após a fase

[6]MORLEY, *An essay in the physiology, pathology and politics of the social and somatic organism,* p. 153.

[7] CUTRO, Antonella. *Biopolitica. Storia e attualitá di um concetto.*

[8] ESPOSITO, *Bios, biopolítica y filosofia.*

organicista anteriormente indicada, na década de 1960, principalmente na França, houve um conjunto de obras e autores que retomaram o conceito de biopolítica utilizando-o com outros sentidos fora da tanatopolítica original. Para a maioria destes autores o termo biopolítica ajuda a explicar a história da humanidade a partir da vida, sem reduzir a história à natureza. Obras como a de Aaron Starobinski, 1960, *La biopolitique. Essai d´interprétation de l´histoire de l´humanité et des civilisations*[9], e Edgar de Morin, 1965, *Introduction à une politique de l´homme*[10], abordam o tema da biopolítica distanciando-se das conotações tanatopolíticas que o termo adquiriu na biocracia nazista. Estas leituras biopolíticas distanciam-se, também, do simbolismo organicista que impregnou o termo em seu nascimento. Os autores se propõem a reformular o conceito com um novo simbolismo semântico em favor de uma compreensão neo-humanista da vida e da política, da política da vida. Estes estudos propõem uma biopolítica sob a forma de uma "ontopolítica" em que a vida seria o critério da política e, deste modo, reverter a tendência economicista que impera sobre nossas sociedades[11]. Nesta corrente cabe ainda destacar a publicação de dois volumes de *Cahiers de la Biopolitique,* 1960, organizados pela *Organisation au Service de la Vie*. Nestas publicações, o conceito de biopolítica adquire um sentido amplo e vago através do qual é possível compreender a vinculação da natureza com a cultura, a sociedade com o indivíduo biológico, tendo por base princípios gerais da vida.

Haveria uma terceira fase em que o conceito biopolítica é desenvolvido num conjunto de estudos do mundo anglo-saxão. Em 1973, a *International Political Science Association* criou um espaço de pesquisa sobre biologia e política que produziu uma série de congressos. Uns anos antes, 1965, Lynton K. Caldwell utilizou o conceito biopolítica para seu artigo: *Biopolitics: Science, ethics and public policy*[12]. Também anteriormente James C. Davies publicou a obra *Human nature in politics*[13]. Ambas obras defendem um acentuado naturalismo na compreensão do fenômeno político. Esse deslocamento leva a pensar a política a partir da natureza humana, tornando a natureza um problema político. Segundo estas abordagens, a biopolítica teria por objeto a compreensão científica da natureza humana cuja perspectiva nos levaria a explicar o modo de ser dos fenômenos políticos.

4. Desde a criação do conceito por Kjellen, a biopolítica foi constantemente resignificada por diversos autores, indicando que não há um conteúdo naturalmente definido para o conceito, senão que este reflete um campo semântico referente a determinadas práticas sociais. Neste debate, não se pode invocar um sentido verdadeiro ou único para o conceito biopolítica, pois seu verdadeiro sentido apresenta-se no jogo simbólico de significados criados para as diversas práticas.

---

[9]STAROBINSKI, Aaron. *La biopolitique. Essai d´interprétation de l´histoire de l´humanité et des civilisations.*

[10] MORIN, Edgar de. *Introduction à une politique de l´homme.*

[11] ESPOSITO, *Bios, biopolítica e filosofia*, p. 23-41.

[12] CALDEWLL, "*Biopolitics: Science, ethics and public policy"*, p. 1-16.

[13] DAVIES, *Human nature in politics: the dynamics of political behavior.*

Após este esclarecimento conceitual e semântico, cabe indicar que todas as variáveis da biopolítica conectam-se no ponto em que a vida humana se relaciona com os dispositivos de poder, que por sua vez constituem a matriz da política moderna. Foram as pesquisas de Michel Foucault que resignificaram o conceito de biopolítica com um sentido até certo ponto inovador[14]. Ele destacou a importância do conceito biopolítica no seu ensaio "O nascimento da medicina social", numa conferência proferida no Rio de Janeiro em 1974[15]. Posteriormente, o mesmo Foucault ampliou a reflexão em torno do conceito de biopolítica no último capítulo da *Vontade de saber*, intitulado "Direito de morte e poder sobre a vida" que foi publicado em 1976[16], dedicando posteriormente três cursos no *College de France* ao desenvolvimento do conceito de biopolítica[17].

A partir da metade da década de 1970, Foucault empreende um novo campo de pesquisa sobre a genealogia dos dispositivos de poder modernos em relação ao governo da vida humana. Nesta encruzilhada epistêmica o autor chama atenção para o surgimento, no século XVII, de uma nova realidade a ser governada, a *população*. A biopolítica é compreendida por Foucault como um tipo de poder moderno constituído por dispositivos e técnicas de governo que inicialmente objetivam e depois gerenciam – objetivam para gerenciar - a vida humana como um recurso natural útil. Foucault sustenta que houve uma ruptura epistêmica e política no poder moderno em relação ao poder tradicional da soberania ao resignificar a vida humana como um recurso natural útil para o Estado e o mercado que não deve ser dominado pela força, mas governado pela racionalidade utilitária. A biopolítica reaparece, nas pesquisas de Foucault, como categoria que articula a relação estratégica dos dispositivos de poder com as novas técnicas de governo da vida humana substituindo, sem abolir, o poder soberano da força pelas técnicas governamentais. Foucault mostra que os dispositivos de poder modernos não focalizam a riqueza ou território, como era no poder soberano, mas a vida humana; os dispositivos visam o governo utilitário da vida humana e não a mera dominação soberana. O objetivo da biopolítica é administrar a vida governando-a a partir de suas potencialidades naturais. Foucault denominou de governamentalidade a essa nova forma de governar a vida humana[18].

Foucault mostra como o Estado e o mercado modernos entenderam que a potência do seu poder não se limita ao território e às riquezas, como era concebido pelo poder

---

[14] FOUCAULT, *O nascimento da biopolítica*. Id. *Segurança, território e população*.

[15] *"O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal eu, antes de tudo, que investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica"* FOUCAULT, O nascimento da medicina social. *In:* Id. *Microfísica do poder*, p. 80.

[16] FOUCAULT, *A vontade de saber*, p. 125-149.

[17] Em 1975-1976 ministrou o curso *Em defesa da sociedade*; em 1976-1977, *Segurança, território e população*; 1977-1978, *Nascimento da biopolítica*. Cf. FOUCAULT, *A vontade de saber*; Id. *Segurança, território e população*; Id. *Nascimento da biopolítica*. Ainda se encontra um breve resumo, do próprio Foucault, sobre os cursos sobre biopolítica em Id. 1997, p. 87-97.

[18] FOUCAULT, *Segurança, território e população,* p. 155ss.

soberano, e que seu poder é correlativo à sua população. Neste contexto, a população emerge como nova categoria simbólica através da qual se objetiva a vida humana na forma biológica de indivíduos de uma espécie. A população é o conceito (simbólico) que designa à espécie viva dos humanos no marco das novas técnicas governamentais. O conceito de população, a diferença do povo que cria o sujeito de direitos, faz um recorte biológico das potencialidades e peculiaridades da natureza da espécie para seu melhor governo. O Estado moderno entendeu muito cedo que a vida natural das populações interfere diretamente na qualidade do seu poder[19]. Para o Estado moderno o povo é sujeito formal de direitos, porém o que qualifica o poder de suas instituições é, principalmente, sua população. Os mesmos indivíduos são incluídos num duplo registro semântico: são formalmente cidadãos e sujeitos da soberania e, concomitantemente, encontram-se objetivados como população que deve ser governada por tecnologias políticas. No registro da população, a vida humana natural adquiriu uma nova significação política, desconhecida nas sociedades antigas[20].

A objetivação da população operou-se através de diversas práticas discursivas, porém o discurso da economia política tornou-se hegemônico nas estratégias de governo da população, consolidando os elos que vinculam a biopolítica com o surgimento do capitalismo como sistema econômico e com o liberalismo como modelo de governamentalidade. Foucault mostra que o surgimento da população está conectado, já no século XVII, com a construção dos discursos das doutrinas econômicas do cameralismo, primeiramente, e depois do mercantilismo[21]. Vemos, pois, emergir o capitalismo centrado em dispositivos e técnicas biopolíticas de governo da vida. O problema colocado, já no século XVII, ao pensar a população como símbolo objetivante da vida humana era o modo de governar sua natureza a partir da própria natureza. O problema da governamentalidade da natureza está na origem dos discursos da economia política moderna, que conduzem ao capitalismo como sistema econômico e derivam no liberalismo como paradigma de governo[22]. Os princípios da governamentalidade biopolítica eram: objetivar para governar,

---

[19] Não se podem desconhecer as contribuições das análises críticas de Marx a respeito dos mecanismos do capitalismo para o controle social da produção. Neles encontramos, também, referências preciosas aos dispositivos biopolíticos, que não cessaram de crescer: *"A indústria moderna transformou o pequeno atelier do mestre patriarcal na grande fábrica capitalista industrial. Massas de operários concentrados na fábrica, estão organizados de forma militar. Como soldados rasos da indústria, estão sob a vigilância de uma hierarquia completa de oficiais e sub-oficiais. Não são somente escravos da classe burguesa, do Estado burguês, senão diariamente, a todas horas, escravos da maquinaria do capataz e, principalmente, do patrão da fábrica. E este despotismo é mais odioso porque proclama, sem pudor, que o objetivo não é outro que o lucro".* MARX, *El Manifiesto Comunista*, p. 64.

[20] *"Vê-se que o que está em questão é, de um lado, toda uma economia de poder bem diferente e, de outro lado, - é sobre isso que eu gostaria de lhes dizer agora algumas palavras -, um personagem político absolutamente novo, creio eu, que nunca havia existido, que não havia sido percebido, reconhecido, de certo modo, recortado até então. Esse novo personagem fez uma entrada notável, e logo notada aliás, no século XVIII, a população".* FOUCAULT, *Segurança, território e população*, p. 87-88.

[21] FOUCAULT, *Segurança, território e população*, p. 89-90

[22] "*A ideia de um governo dos homens que pensaria antes de mais nada e fundamentalmente na natureza das coisas, e não mais na natureza má dos homens, a ideia de uma administração das coisas que pensaria antes de mais nada na liberdade dos homens, no que eles querem fazer, no que têm interesse de fazer, no que eles contam fazer, tudo isso são elementos correlativos. Uma física*

governar segundo os desejos da natureza, governar os desejos para conduzir a vontade. Como Foucault indica, não é uma ideologia, mas uma tecnologia de poder já que, em última instância, a biopolítica pretende o governo da liberdade, almejando o ideal de uma liberdade governada ou governamentalizada. A governamentalidade biopolítica (liberal) não se configurou como uma teoria abstrata de governo ou uma ideologia entre outras, senão que se consolidou como tecnologia governamental a serviço dos interesses econômicos da burguesia. A despeito das divergências teórico-metodológicas, os discursos da economia política moderna - fisiocratas, cameralistas, mercantilistas, liberais...- comungam do princípio biopolítico de que o bom funcionamento econômico depende da tecnologia da governamentalidade da população, do governo da vontade das pessoas, como recurso natural com potencialidade produtora e indutora de riqueza.

A tecnologia governamental da economia moderna objetiva a população sob a forma de um conceito ou variável que deve ser administrada segundo a sua natureza. Ela é uma variável entre outras, é a variável que interfere qualitativamente nas outras ao ponto de modificar os resultados finais da produção. Neste contexto, a população foi sendo configurada semanticamente como símbolo categorial no seio dos discursos econômicos. O que está em jogo no êxito ou fracasso do governo biopolítico são os interesses econômicos das novas classes produtoras, a burguesia, que não mais condizem com o estilo autoritário da soberania absolutista, embora nunca tenham descartado a utilização de formas absolutistas e autoritárias quando as técnicas de governo não forem suficientemente eficientes para o governo, já que o poder governamental e o poder soberano coexistem na lógica liberal de governo. Se não é possível reduzir a biopolítica à economia nem à mera luta de classes, só é viável encontrar a emergência do discurso biopolítico tramado com os interesses e lutas de classes da economia política moderna. Pode-se dizer que o Estado e o mercado modernos se erguem através da criação de dispositivos e tecnologias biopolíticas[23] constituindo uma das raízes da biopolítica moderna[24].

5. Numa outra perspectiva complementar da problemática que nos ocupa, Hannah Arendt não utilizou o conceito de biopolítica, porém, em sua obra *The Human Condition,* 1958, a autora realizou um denso estudo sobre o modo como a vida humana foi objetivada

---

do poder ou um poder que se pensa como ação física no elemento da natureza e um poder que se pensa como regulação que só pode se efetuar através de e apoiando-se na liberdade de cada um, creio que isso aí é uma coisa absolutamente fundamental. Não é uma ideologia, não é propriamente, não é fundamentalmente, não é antes de nada uma ideologia. É primeiramente e antes de tudo uma tecnologia de poder..." FOUCAULT, *Segurança, Território e População*, p. 64.

[23] *"E é possível que, se o Estado existe tal como ele existe agora, seja precisamente graças a essa governamentalidade que é ao mesmo tempo exterior e interior ao Estado, já que são as táticas de governo que, a cada instante, permitem definir o que deve ser do âmbito do Estado e o que não deve, o que é público e o que é privado, o que é estatal e o que é não – estatal. Portanto, se quiserem, o Estado em sua sobrevivência e o Estado em seus limites só devem ser compreendidos a partir das táticas gerais da governamentalidade"* (FOUCAULT, *Segurança, território e população*, p. 145.)

[24] Recentemente vários autores destacaram-se nas pesquisas a respeito da categoria biopolítica, entre eles destacamos: AGAMBEN, *Homo sacer. O poder soberano e a vida nua*; Id. 2004; Id. 2008; Id. 2011. ESPOSITO, 2003; Id. 2005.

no conceito moderno de sociedade, apontando para a ruptura das sociedades modernas a respeito da política clássica. Para Arendt, a política moderna foi perdendo seu caráter de deliberação coletiva que constrói a autonomia dos sujeitos, instaurando em seu lugar uma administração calculada da vida humana[25]. Para a autora, a política moderna tornou a vida humana seu objeto de governo transformando-se num modelo similar à *oikos* grega. Como desenvolveremos posteriormente.

A vida humana esteve desde as origens, de uma ou outra forma, no foco e no transfundo da política, porém foi na modernidade que a vida se tornou, de forma hegemônica, um recurso natural útil e estratégico para os dispositivos de poder[26]. Na modernidade, concomitantemente à constituição do Estado e do mercado, se desenvolveram inumeráveis técnicas que tornaram a vida um recurso natural útil, transformando a utilidade na sombra hermenêutica da valoração social da vida. O cuidado biopolítico da vida humana investiu-se de um paradoxo que até hoje nos assombra: cuida-se da vida porque é útil e abandona- se quando se torna inútil. A versão instrumental da biopolítica fez do utilitarismo sua ideologia. Através dela, capturou a vida humana como objeto de governo, retirando-a, por um lado, da insignificância política pré-moderna que a relegava à esfera da *oikos*[27], de outro lado reduzindo todo tipo de vida humana, *bios*, a mera vida natural, *zoe*. Na biopolítica, o cuidado derivou numa categoria paradoxal em relação à vida humana. Cuidar da vida significou, na lógica instrumental, capturá-la como valor produtivo, rentabilizando ao máximo suas potencialidades biológicas[28]. O paradigma da instrumentalização biopolítica tem se constituído na raiz e no marco de um tipo peculiar de violência estrutural. Nele se enraíza uma espécie de violência radical que banaliza o descarte das vidas inúteis normalizando a banalização do sofrimento humano como um efeito colateral necessário às técnicas de governo.

6. Segundo a breve genealogia da biopolítica até aqui apresentada, cabe entender que o termo tem significados diferentes, porém em todos eles há uma implicação essencial da

---

[25] ARENDT, *A condição humana.*

[26] Remetemos às teses de Agamben a respeito da origem biopolítica da política ocidental. Não entramos nas diferenças deste autor com as teses de Foucault e Hannah Arendt sobre a origem da biopolítica; posicionamos nossa reflexão no ponto de consenso segundo o qual a modernidade tornou a biopolítica uma forma hegemônica de governo da vida humana. AGAMBEN, *Homo sacer: O poder soberano e a vida nua*.

[27] Este é um ponto de divergência crítica entre as teses de Foucault, Arendt e Agamben. Para Agamben, a preocupação pela vida humana está nas origens da política. A figura jurídica do *homo sacer* revela que a exceção é, desde suas origens, a técnica política através da qual a vida humana é incluída na política pela exclusão. Para Agamben, na origem da política e do direito há uma inclusão excludente da vida humana, e o *homo sacer* é o paradigma da política ocidental. AGAMBEN, *Homo sacer. O poder soberano e a vida nua I,* p. 91.

[28] A utilização instrumental, produtiva, da vida humana como recurso natural adquiriu patamares inusitados no conceito de *força de trabalho.* Reduzida a força de trabalho, a vida humana é instrumentalizada pela lógica utilitária desde as origens do capitalismo. Neste contexto adquirem sentido pleno o termo bioeconomia, introduzido por Andrea Fumagalli, cf. FUMAGALLI, Andrea. "Conoscenza e bioeconomia". In *Filosofia e questioni pubblche,* vol. IX, n. 1, outubro, 2004, p.141-161; assim como o conceito de biocapitalismo utilizado por CODELUPPI, V. *Il biocapitalismo. Verso lo sfruttamento integrale di corpi, cervelli ad emozioni.*

vida com os dispositivos de poder. A biopolítica pode conduzir a uma tanatopolítica e também pode ser entendida como técnica governamental cujo principal objetivo é uma gestão utilitária das potencialidades vitais dos humanos. Em ambos sentidos da biopolítica a vida é instrumentalizada, seja de forma letal ou utilitária. Nestes dois registros biopolíticos, a vida é objetivada e capturada como mera vida nua e manipulada de forma banal como um mero recurso natural biológico.

Porém, ainda cabe um terceiro registro do termo biopolítica que poderíamos denominar de sentido "positivo" do termo. A vida tem uma potência paradoxal, pois uma vez capturada pelos modernos dispositivos de poder como potência produtiva, teve o poder de se insurgir como categoria política contra as técnicas governamentais que a instrumentalizam e contra os dispositivos tanatopolíticos que a ameaçam. Paradoxalmente, as lutas políticas modernas são, cada vez mais, feitas em nome da vida e em prol da vida. A vida tornou-se uma categoria política capaz de julgar eticamente os dispositivos de poder e suas técnicas de governo. Esta potência política da vida é algo inédito na tradição da política ocidental. É uma virada "positiva" da vida como potência da política, como critério ético do agir político e como alteridade que julga a validade e a (in)justiça de qualquer política.

O paradoxal desta insurgência da vida como critério ético da política é que também ela é uma forma de biopolítica. Nesta perspectiva, a vida também está em relação ao poder, embora entendido como potência da vida para promover uma subversão da lógica instrumental. O poder não é algo intrinsecamente perverso, já que forma parte da potência da vida humana e pode ser direcionado de forma polissêmica e paradoxal. A vinculação interna da vida com o poder como potência do agir possibilita pensar a possibilidade da política como forma de resistência da vida, o que derivaria numa biopolítica emancipadora. O paradoxal da biopolítica é inerente ao paradoxo do poder da vida humana. O poder da vida, o poder e a vida, não são dimensões antagônicas, mas paradoxais. O poder pode explorar ou sufocar a vida instrumentalizando-a, mas também pode cuidá-la protegendo-a. A vida, por sua vez, tem o poder de questionar as tecnologias governamentais de dominação em nome do poder da vida. O poder da vida pode ser o grande aliado da sua insurgência contra os dispositivos e tecnologias de dominação. Em todas as hipóteses, a vida coloca-se como potência de um poder, ou seja, em todas as perspectivas opera a biopolítica[29].

A *zoe* e a *bios*, genealogia da violência biopolítica

7. Como indicamos anteriormente, o objetivo deste estudo é apresentar uma compreensão crítica da banalização da violência radical que perpassa a racionalidade instrumental da biopolítica. Este tipo de racionalidade biopolítica opera segundo a lógica instrumental (moderna) de meios e fins: a vida humana é um meio útil para um fim

[29] Para outras perspectivas atuais da biopolítica, cf. LEMKE T. *Biopolitics: An Advanced Introduction*; BOSSY & BRIATTE, "Les formes contemporaines de la biopolitique ». *Revue Internationale de Politique Comparee*, De Boeck-wesmael S.A., 2011, 18 (4), pp.7-12; NADESAN, *Governmentality, Biopower, and Everyday Life*, Londres.

estipulado. O marco instrumental da vida humana arquiteta, normaliza e banaliza muitas das violências contemporâneas, objetivando o ser humano em sua raiz biológica como um mero objeto útil. Esta é a raiz da banalização biopolítica da violência, que agora passamos a analisar.

O que denominamos neste artigo de "violência radical" existe correlativa à instrumentalização biopolítica da vida humana. Para entender, ainda que fragmentariamente, esta racionalidade instrumental da biopolítica, teremos que analisar criticamente alguns paradoxos que cercam a condição da vida humana, só assim poderemos mostrar os vários nexos, às vezes não evidentes, entre a racionalidade instrumental biopolítica, as violências subterrâneas dos dispositivos de poder e banalização do sofrimento humano. Um desses nexos diz respeito aos diversos sentidos do termo vida na filosofia ocidental e seu uso na biopolítica moderna. Cabe perguntar-se, de que modo é objetivada a vida humana pela biopolítica moderna diferentemente da política clássica? Ou ainda, em que aspecto a vida humana é instrumentalizada pela biopolítica atual, que não ocorria na política clássica?

É conhecida a distinção que os gregos fizeram entre os diversos tipos de vida e como para compreenderem melhor a especificidade da condição humana fizeram uma distinção qualitativa entre a vida natural (*zoe*) e a vida humana (*bios*)[30]. A *zoe* e o termo que demarcava a vida natural de todo ser vivo, a vida entendida como determinação ontológica da espécie: nascer, crescer, adoecer, envelhecer, morrer, etc. A *zoe* era a vida de todo animal, incluído o ser humano, uma vida natural sobre a qual não temos poder porque sua potência pertence à natureza. A *bios*, pelo contrário, denotava a vida humana que é possível criar além da mera vida natural[31]. A *bios* diferencia qualitativamente o ser humano dos outros animais, é a vida que podemos construir humanamente além da mera vida natural. A *bios* é uma vida ética e política que o ser humano constrói como forma de vida que almeja o bem-viver, a vida feliz (*eudaimonia*).

Embora as implicações éticas e políticas desta distinção clássica da vida humana entre *zoe* e *bios* têm adquirido grande destaque na atualidade, cabe ressaltar que a importância dessa distinção já foi notada e mostrada nos próprios pensadores gregos. Por exemplo, o gramático Amônio de Alexandria, século IV d.C., expos de forma articulada esta distinção em seu tratado *De adffinium vocabulorum differentia.* Inclusive esta obra remete a outras obras

---

[30] Aristóteles faz permanentemente esta distinção nas suas obras, principalmente em: *A política;* na *Ética a Nicômaco,* e na *Ética a Eudemo. "A vida* (bios) *social é um imperioso mandato da natureza...*[....} *A vida* (zoe) *é o uso e não a produção das coisas e o escravo só serve para facilitar este uso"* ARISTÓTELES, *La Política*, p. 30. 32.

[31] Hannah Arendt, assim como Agamben, também utiliza esta diferenciação entre *zoe* e *bios* para caracterizar a inversão que o poder moderno fez pretender transformar em *zoe* qualquer vida humana, transformando a política numa biopolítica. ARENDT, *A condição humana*, p 15; AGAMBEN, *Homo sacer. O poder soberano e a vida nua I,* p. 9 ss.

anteriores como a obra de Filo de Biblos, século I-II d.C., e a de Ptolomeu o Gramático, século II a.C[32].

Hannah Arendt percebeu as implicações contemporâneas desta distinção clássica entre *zoe* e *bios*. Embora, como já indicamos, a autora não tenha utilizado o conceito de biopolítica, suas análises críticas coincidem em mostrar que o conceito moderno de sociedade tem um paralelismo com a antiga *oikos*[33]. Segundo Arendt, em sua obra *A condição humana,* a *oikos* é o espaço clássico onde se cuida e se governa a vida natural dos indivíduos (*zoe*). Na *oikos* grega e no *lar* romano, não existe autonomia dos sujeitos, mas o governo da sua vida natural. Neste espaço, prevalece a administração da vida natural sobre a ação política. Arendt destaca que a política está ausente da *oikos,* seu lugar é ocupado pela vontade soberana do chefe da casa sobre a vida natural dos indivíduos que nela habitam. A diferença da *oikos* (ou do *lar* romano), a polis é o espaço político (e público) em que se exerce a autonomia dos sujeitos, ainda que essa autonomia esteja restringida a uma minoria de varões eupátridas ou patrícios. A polis, enquanto espaço público, existe por e para possibilitar o exercício efetivo da autonomia da vida humana (*bios*). Diferentemente da polis, a *oikos* está subtraída da autonomia dos sujeitos e regida pelo domínio soberano sobre a vida natural. Para Arendt, o conceito moderno de sociedade reproduz o espaço da administração da vida, a modo da *oikos* clássica. Na sociedade, não vigora o princípio da política, ou seja, o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos e a pluralidade das diferenças, pois o objetivo da sociedade é governar a vida natural dos indivíduos, administrá-la a modo de um bem útil[34]. A política moderna, para Arendt, cada vez mais foi sendo cooptada pela "ciência da administração", transformando os espaços públicos de decisão coletiva em espaços sociais gerenciados por interesses corporativos e o desenvolvimento da autonomia cede espaço ao gerenciamento da vida. A governança corporativa do mundo apresenta-se como a alternativa da política, nela a administração eficiente da vida, como recurso natural, ocupa o espaço das decisões coletivas da ágora pública[35].

---

[32] CASTRO, "El concepto de vida en Giorgio Agamben", In: BOLTON, Rodrigo Karmy (Org.). *Políticas de la interrupción. Ensayos sobre Giorgio Agamben,* p. 60-82; Id. *Leituras Foucaulteanas. Una historia conceptual de la biopolítica*, p. 96.

[33] Coincidimos com a observação de Giorgio Agamben sobre o estranhamento que as teses de Hannah Arendt em sua obra *The human condition* (1958) escrita vinte anos antes da *La volonté de savoir,* de Michel Foucault, não tenham sido aprofundadas nem dado continuidade pela própria autora em suas obras posteriores. Assim como que Foucault tenha podido realizar suas pesquisas biopolíticas sem referências à autora. Cf. AGAMBEN, *Homo sacer. O poder soberano e a vida nua I*, p. 11-12.

[34] *"Essa funcionalização torna impossível perceber qualquer abismo relevante entre as duas esferas; e não se trata de uma questão de teoria ou ideologia, pois, com a ascendência da sociedade, ou seja, do "lar" (oikia) ou das atividades econômicas ao domínio público, a administração doméstica e todas as questões antes pertencentes à esfera privada da família se transformaram em preocupação coletiva. No mundo moderno, os dois domínios constantemente se recobrem um ao outro, como ondas num perene fluir do processo da vida"* (ARENDT, *A condição humana*, p. 41).

[35] *"Em nosso entendimento, a linha divisória é inteiramente difusa, porque vemos o corpo dos povos e comunidades políticas como uma família cujos assuntos diários devem ser zelados por uma gigantesca administração doméstica de âmbito nacional. O pensamento científico, que corresponde a esse desdobramento já não é a ciência política, e sim a 'economia nacional' ou a 'economia*

Giorgio Agambem, na introdução da sua obra *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua,* trouxe à luz do debate político contemporâneo a importância da diferenciação clássica entre *zoe* e *bios*. Agambem destaca que, lingüisticamente, o termo grego *zoe* não tem plural. Isso evidencia que, semanticamente, para os gregos, a vida natural era considerada única. Ou seja, ela não admite pluralidade ou diversidades de vidas naturais[36]. Por ser única, na *zoe* não há liberdade, seu desenvolvimento é conduzido pela necessidade da natureza e a pessoa não tem o poder para mudar a sua *zoe*. A *zoe* tem uma ontologia determinada pelo ser da natureza da espécie que condiciona (sem determinar) a práxis política. A política clássica se sente impotente para modificar a *zoe,* por isso a *zoe* está fora da política e abandonada aos cuidados particulares dos indivíduos e das famílias. A política é a arte da liberdade, enquanto a natureza é o reino da necessidade. A *zoe* está vinculada a esta última, e, como conseqüência, seu desenvolvimento fica fora da arte da política.

8. A problemática da instrumentalização biopolítica moderna da vida humana aparece mais nítida quando contrastada com alguns aspectos da visão clássica da vida e da política. Para os pensadores gregos em geral e para Aristóteles em particular, a ética é a práxis que transcende o mero instinto animal da *zoe*. Ela orienta o sentido da ação humana. A práxis ética pressupõe a possibilidade de criar a *bios*. A ética é o meio através do qual se constitui, de forma consciente e autônoma, uma subjetividade. Aristóteles, como todos os clássicos, refere-se à vida ética com o termo *bios*. A grande incógnita da práxis ética está na virtude do discernimento (*phronesis*) através da qual se deve definir qual é a melhor forma de vida (*bios*) para ser feliz (*eudaimonia*). *"É axiomático que a virtude deve ser objeto exclusivo da vida (bios); mas ainda não se sabe qual é a vida (bios) mais acorde com a virtude"*[37]. Para Aristóteles, há um vínculo intrínseco entre *bios* e virtude. Para ele, a *bios* é uma vida que deve ser construída e não pode ser derivada naturalmente da *zoe*. A questão de Aristóteles é saber qual a *bios* que devemos construir acorde com a virtude. Esta questão dará origem à ética na dupla dimensão de conhecimento e práxis: a ética entendida como um saber discursivo a respeito das virtudes e, concomitantemente, a virtude como prática que possibilita a constituição de uma *bios eudaimônica.* A problemática da vida humana esteve muito presente desde os primórdios da filosofia. Aristóteles abre seu livro VII da *Política* com um texto que pode ser considerado paradigmático para entender a importância da vida humana (*bios*) em relação à práxis política.

> "Quem se propuser pesquisar de forma adequada qual é a melhor política, deve primeiro determinar que é a vida melhor (airetotatos bios)[38]. Enquanto

social', ou, ainda a Volkswirtschaft, todas as quais indicam uma espécie da administração doméstica coletiva" ARENDT, *A condição humana*, p. 34.

[36] AGAMBEN, *Homo sacer. O poder soberano e a vida nua I*, p.9

[37]ARISTÓTELES. *La Política*, p. 126 Na versão original do grego: *"προς δε τους ομολογουτασ μεν τον μετ αρετες ειναι βιον αιρετωτατον..."* ARISTOTLE. *Politics*, p. 215.

[38] A expressão *"αιρετωτατος βιος",* influenciada pela expressão *ευ βιοσ,* muito comum em Aristóteles, é traduzida normalmente por *vida feliz* ou *vida boa.* Porém consideramos que essa tradução, embora aceitável,

> isso não for esclarecido não se perceberá com clareza qual é a melhor política. [...] Por isso devemos, antes de tudo, nos pôr de acordo acerca de qual vida (bios) entre todas é, por assim dizer, a melhor para todos, e depois se é a mesma para uma comunidade e para um indivíduo, ou diferente."[39]

Para Aristóteles, o objetivo da política é construir uma vida humana melhor (*bios*). Por isso, a política só existe a partir da práxis humana, que, por sua vez, se diferencia do agir animal porque é capaz de criar uma *bios* que transcende a mera vida natural. Se a práxis não tivesse o poder de criar uma vida melhor (*bios*) que a mera vida natural (*zoe*), as ações humanas seriam simples atos da natureza e não atingiriam a ação política. Não há política sem práxis criadora, que por sua vez só pode ser entendida em relação à construção de uma *bios* que vai além da mera vida natural[40]. Sócrates corrobora tal convicção ao afirmar no discurso final sobre a sua vida: *"uma vida sem exame não é vida (bios) digna de um ser humano"*[41].

A instrumentalização da vida e a banalização biopolítica da violência

9. Na análise que estamos apresentando, cabe fazer um esclarecimento conceitual a respeito da definição clássica de Aristóteles sobre o ser humano como animal político (*politikon zoon*), já que é uma das poucas expressões em que a *zoe* aparece relacionada com a política[42]. Ela apresenta uma aparente contradição com a argumentação anterior a respeito da separação entre *zoe* e política no pensamento grego. Porém, a contradição aparente dessa definição pode nos ajudar a esclarecer melhor a tese que estamos apresentando. Não é pertinente entender a expressão *politikon zoon* de modo literal ou linear já que Aristóteles não utiliza os dois termos da expressão - *politikon zoon* - no sentido denotativo de animal político, pois nenhum animal pode ser estritamente político, senão num sentido conotativo, como recurso literário ou uma metáfora de contrastes.

---

omite a dimensão de opção, escolha (αιρετος) que o melhor (*αιρετωτατος*) exige. A escolha traz consigo um aspecto essencial ao pensamento antropológico e político grego, a dimensão agônica (luta, esforço, superação). O *agon* é inerente ao termo *αιρετωτατος* e também à virtude (*αρετε*). Não há vida melhor sem política, nem política sem virtude, nem virtude sem *agon*. Propomos no nosso texto a tradução de *vida melhor* porque o termo "*melhor"* denota a exigência permanente de superação da própria vida. Não há um ponto de chegada para a vida feliz, a vida humana sempre tende a ser melhor. Por isso o modo de viver *melhor* (*airetotatos*) é praticar a virtude (*arete*).

[39]ARISTÓTELES. *Política*, p. 3. Na versão original do grego: *"Περι δε πολιτειας αριστηστον μελλοντα ποιησασθαι την προσηκουσαν ζητησιν αναγκη διορισασθαι πρωντον τι σ αιρετωτατος βιος"*. ARISTÓTELES, *Politics*, p.209.

[40] CASTORIADIS, *A instituição imaginária da sociedade.*

[41]PLATÃO. *Diálogos: Defesa de Sócrates*, p. 34.

[42] *"και οτι ο ανθρωπος φυσει πολιτικον ζωον"* (e que o homem é por natureza um animal político). ARISTÓTELES, *Politics,* p.3.

A metáfora, também estudada por Aristóteles em sua obra *Poética,* tem a possibilidade de implicar sentidos contraditórios, especificamente na metáfora de contraste apresentam-se os termos de forma contraditória e não linear. Eles aparecem semanticamente dependentes e excludentes ao mesmo tempo. Na metáfora de contraste, os termos são correlativos e excludentes concomitantemente. O objetivo da expressão *politikon zoon* é enfatizar o sentido radical da dimensão política da *vida humana,* sem pretender atribuir dimensão política à *zoe*. Há um sentido conotativo na expressão *politikon zoon* que relaciona a *zoe humana* com a política na forma de expressão metafórica de contraste, sem que ela deva interpretar-se num sentido denotativo linear dos termos.

Nenhum grego atribuía à *zoe* uma dimensão política. O próprio Aristóteles distingue claramente a sociabilidade animal da sociabilidade humana; nelas há uma diferença qualitativa: *"que o homem é um animal político (politikon anthropos zoon) diferente das abelhas e qualquer outro ser gregário, é evidente"*[43]. Na expressão *zoon politikon,* Aristóteles utiliza o termo *zoon* como hipérbole, num sentido metafórico (hiperbólico) a fim de reafirmar a singularidade da condição política da vida humana que contrasta com a vida animal, sem querer dizer que a *zoe* seja realmente política. Essa metáfora pretende extrapolar a condição política da vida humana na forma de contraste hiperbólico entre os termos *zoon* e *politikon*. É um contraste metafórico que não considera necessariamente que a animalidade inerente ao *zoon* possa ser objeto da política[44].

10. Da análise até aqui exposta, podemos concluir que nas sociedades gregas a *zoe* estava fora da política num duplo sentido: não era condição de possibilidade da práxis e não era objeto da política. A *zoe,* para o pensamento grego, encontra-se *aquém* e *além* da política. Aquém da política, porque ela não é sua condição de possibilidade, e além da política, porque não faz parte dos objetivos da práxis humana.

A *bios humana*, diferentemente da *zoe,* era significada como algo inerente à práxis política em um duplo sentido: era a condição de possibilidade da política e era também seu objeto. A *bios humana* era compreendida como a dimensão da vida que está na origem da práxis política, assim como seu resultado, constituindo- se no objeto principal da política clássica e na condição de possibilidade da própria política. Todos os esforços, estratégias e táticas de poder da *polis* tinham por objetivo conseguir uma vida melhor (*bios airetotatos*). A prática política foi considerada viável porque existe uma abertura humana além da mera vida natural*,* que possibilita construir uma forma de vida diferente, a *bios,* que escapa às determinações da natureza.

De outro lado, para a polis grega a *zoe* era responsabilidade do cuidado particular de cada indivíduo e da administração da *oikos,* não tinha um caráter público, nem era objeto da

---

[43]"*διοτι δε πολιτικον ο ανθροποσζωον πασησ μελιτεησκαι παντοs αγελαιου ζωον παλλον δηλον* ARISTÓTELES, *Politics*, p. 3.

[44] Hannah Arendt destaca que: *"a principal diferença entre o uso aristotélico e o posterior emprego medieval do termo é que o bios politikos denotava explicitamente só o domínio dos assuntos humanos, com ênfase na ação, práxis, necessária para estabelecê-lo e mantê-lo". A condição humana*, p. 15.

política. Esta percepção clássica da zoe perdurou até a modernidade. As sociedades pré-modernas também não percebiam na *zoe* uma potência que afetasse o poder da polis[45]. A mera vida natural era concebida como algo que pouco interferia no poder do governante ou das estruturas sociais. A *zoe* era politicamente insignificante e socialmente irrelevante. A vida natural ficou estrategicamente ausente da política e relegada ao domínio da *oikos*. Esta distinção provocava que enquanto a polis "pretendia" colocar filtros e freios a qualquer forma de violência entre ou sobre os cidadãos, na *oikos* imperava uma espécie de violência natural sobre a vida. O espaço da política neutralizava qualquer violência radical, pois na polis toda violência era submetida ao processo de legitimação para seu exercício. Pelo contrário, na *oikos* vigorava uma violência radical que não necessitava legitimar-se porque se considerava natural. Na *oikos* imperava um tipo de banalização da violência radical.

Nas sociedades modernas a distinção entre *zoe* e *bios* se diluiu. O objetivo da política não é mais ou não mais preferencialmente criar uma vida melhor (*bios airetotatos*), senão gerenciar com eficiência a própria vida, agora reduzida a *zoe*. A política é avaliada por indicadores econômicos, que não levam em conta a condição da vida humana senão os resultados de sua instrumentalização. A *oikonomia* capturou instrumentalmente a política transformando o espaço da autogestão pública dos sujeitos em espaço corporativo de gestão de interesses de pessoas e grupos. A gestão corporativa, que suplanta a autogestão política, opera com uma lógica de processos e funções distribuídas hierarquicamente, que reproduz como um eco longínquo a gestão da vida na *oikos* antiga. Os processos *oikonomicos* modernos estão regidos por uma racionalidade instrumental de resultados e eficácia, sendo a vida humana um elemento instrumental do processo e não uma finalidade à que se submetem os critérios da gestão.

Conclusão

11. O que denominamos de "violência radical" tem a ver com a violência implícita na instrumentalização biopolítica. A violência radical da racionalidade biopolítica moderna opera em dois grandes vetores: estratégias de intervenção sobre o corpo humano incluindo as potencialidades cognitivas, afetivas e criativas dos sujeitos e estratégias de intervenção sobre as populações. Em ambas estratégias há uma violência radical que captura a vida humana banalizando-a sob a forma de objetivação utilitária da *zoe*. Reduzida a mero recurso natural, a vida humana entra na lógica administrativa de custos e benefícios como um recurso natural entre outros; ela insere-se na planilha organizacional das corporações e no marco das estratégias úteis para uma gestão eficiente. Este é o marco do que denominamos violência

[45] Neste sentido que M. Foucault mostra em seus estudos a ruptura da biopolítica moderna ao afirmar que nas sociedades antigas: *"O objeto de governo, aquilo sobre o que recai o ato de governar, não são os indivíduos. O capitão ou o piloto do navio não governa os marujos, governa o navio. É da mesma maneira que o rei governa a cidade, mas não os homens da cidade. A cidade [...]é o objeto de governo, é o alvo do governo dos homens. Os homens [...] só são governados indiretamente, na medida em que também estão embarcados no navio"*. FOUCAULT, *Segurança, território e população*, p. 165.

radical, pois a vida é capturada instrumentalmente, desde sua radical biologização. A análise que apresentamos indica que estamos apenas no limiar de uma nova fronteira das relações entre o poder e a vida. Esta racionalidade biopolítica tende a ser, nas sociedades contemporâneas, o marco legitimador de outras formas de violência estrutural que se legitimam como parte inerente às técnicas de governo modernas e seus eficientes métodos de gestão. A barbárie da violência tradicional – tanatopolítica - agora tem uma feição moderna, técnica, operativa, administrativa e gerenciadora de processos, em que a vida humana é instrumentalizada, em muitos casos sacrificada, como recurso útil ou abandonada por não ser mais eficiente.

A instrumentalização biopolítica extrapola, até agora, as diversas formas de governo (absolutismo, democracia formal, republicanismo, parlamentarismo, liberalismo, etc.), pois todas elas, pelo fato de adotarem o princípio gestor da economia política, instrumentalizam, de alguma forma, a objetivação da vida humana natural como parte de suas estratégias de governo. O paradoxo de nossas democracias e Estados de direito é que os diversos tipos de governo, para serem eficientes, têm que se ajustar à lógica administrativa da biopolítica. Eles enfatizam formalmente os discursos dos direitos fundamentais enquanto implementam políticas governamentais da população que, em muitos casos, são regidas por interesses corporativos que legitimam o sofrimento humano como parte da gestão estrutural dos processos.

Há uma violência estrutural, radical, embutida no deslocamento do humano para o biológico, da bios para a zoe que banaliza a descartabilidade da vida humana. Essa violência radical permanece como raiz indutora de banalização de muitos processos de exclusão assim como de várias formas de violência normalizadas de diversos modos. O enraizamento instrumental desse tipo de violência confere-a uma certa invisibilidade. Ela não é detectável, num primeiro momento, como violência, pois aparece como algo normal, banal. A objetivação naturalizada da vida humana propicia sua instrumentalização através da banalização de múltiplas formas de violência econômica, social, política, cultural, etc., legitimadas pelo caráter utilitário dos seus meios e fins. A estratégia de reduzir a vida humana a mera vida natural, para melhor instrumentalizá-la como recurso útil, produz uma violência radical através da qual se violenta a vida como algo natural e se naturaliza a violência estrutural como algo normal, banalizando o descarte de vida.

THE BIOPOLITIC'S TRIVIALIZATION OF A RADICAL VIOLENCE

Abstract: Violence is multifaceted and historical, so it is necessary to understand it from the genealogy of their practices. In modern societies, there is a type of violence (structural) derived from the exploitation of life which in turn is associated with the utilitarian government of the results. This essay aims to analyze some aspects of biopolitics root of modern violence that operates through instrumental objectification of human life and, in this condition, uses life as useful object abandoning her when it becomes useless. This utilitarian logic of human life contains a radical violence that

operates quietly and efficiently in power devices trivializing the disposal of life when it is unproductive or inefficient.
Keywords: biopolitics − radical violence − objectification of life – State – market.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer. O poder soberano e a vida nua I.* Belo Horizonte: UFMG, 2002.

_____. *Estado de exceção. Homo sacer II.* São Paulo: Biotempo, 2004.

_____. *O que resta de Auschwitz. O arquivo e a testemunha (Homo sacer III).* São Paulo: Biotempo, 2008.

_____. *O Reino e a Glória. Uma genealogia teológica da economia e do governo.* São Paulo: Biotempo, 2011.

ARENDT, Hannah. *A condição humana.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ARISTÓTELES. *La Política.* Alba: Madri, 1996.

_____. *Política.* Bogotá, Instituto Caro y Cuervo, 1989.

_____. *Politics.* London, Oxford University Press, 1967.

BOLTON, Rodrigo Karmy (Org.). *Políticas de la interrupción. Ensayos sobre Giorgio Agamben.* Escaparate: Santiago de Chile, 2010.

BOSSY, Thibault; BRIATTE, François. "Les formes contemporaines de la biopolitique ». *Revue Internationale de Politique Comparee*, De Boeck-wesmael S.A., 2011, 18 (4), pp.7-12

CALDEWLL. Lynton. "*Biopolitics: Science, ethics and public policy".*In: *The Yale Review,* n. 54, 1964, p. 1-16.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade.* São Paulo: Paz e Terra, 1986.

CASTRO, Edgardo. "El concepto de vida en Giorgio Agamben", In: BOLTON, Rodrigo Karmy (Org.). *Políticas de la interrupción. Ensayos sobre Giorgio Agamben.* Escaparate: Santiago de Chile, 2010, p. 60-82.

_____. *Leituras Foucaulteanas. Una historia conceptual de la biopolítica.* La Plata: UNIPE, 2011.

CODELUPPI, V. *Il biocapitalismo. Verso lo sfruttamento integrale di corpi, cervelli ad emozioni.* Torino: Bollati Boringhieri, 2008.

CUTRO, Antonella. *Biopolitica. Storia e attualitá di um concetto.* Verona: Ombre Corte, 2005.

DAVIES, James. *Human nature in politics: the dynamics of political behavior*. New York: Wiley, 1963.

ESPOSITO, Roberto. *Bios, biopolítica e filosofia.* Madri: Amorrurtu, 2006.

_____. *Immunitas. Protección y negación de la vida.* Madri: Amorrurtu, 2005.

_____. *Communitas. Origem e destino de la comunidad.* Buenos Aires: Amorrurtu, 2003.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica.* São Paulo: Martin Fontes, 2009.

_____. *Segurança, território e população.* São Paulo: Martin Fontes, 2008.

_____. *Nascimento da biopolítica.* São Paulo: Martin Fontes, 2008b.

_____. *Em defesa da sociedade.* São Paulo: Martin Fontes, 2000.

_____. *A vontade de saber.* Rio de Janeiro, Graal, 1999.

_____. *Resumo do College da France (1970-1982).* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. O nascimento da medicina social. *In:* Id. *Microfísica do poder.* Rio de Janeiro, Graal, 1993.

FUMAGALLI, Andrea. "Conoscenza e bioeconomia". In *Filosofia e questioni pubblche,* vol. IX, n. 1, outubro, 2004, p.141-161.

LAZARATTO, Mauricio. "Per uma redefinizione del concetto di 'bio-política'. In. Id. *Lavoro inmateriale. Forme de vita e produzione de sogettivita.* Verona: Ombre Corte, 1997.

LEMKE T. *Biopolitics: An Advanced Introduction*, New York/Londres : New York University Press, 2011.

MARX, Karl. *El Manifiesto Comunista.* México: Ed. Mexicanos, 1981.

MORIN, Edgar de. *Introduction à une politique de l´homme.* Paris : Ed. Seuil, 1965.

MORLEY, Roberts. *An essay in the physiology, pathology and politics of the social and somatic organism.* Londres: 1938.

NADESAN, M., *Governmentality, Biopower, and Everyday Life*, Londres : Routledge, 2008.

NEUTZLING, Inácio, e, RUIZ, Castor Bartolomé (Org.). *O (dês)governo biopolítico da vida humana*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2011.

PLATÃO. *Diálogos: Defesa de Sócrates*. São Paulo, Cultrix, 1996.

STAROBINSKI, Aaron. *La biopolitique. Essai d´interprétation de l´histoire de l´humanité et des civilisations*. Genève: Impr. des arts, 1960.